

# Classe e trabalho no feminino: um olhar sobre a história das mulheres trabalhadoras

**Luiza Tonon da Silva**

Mestra em História  
Universidade Federal Fluminense (UFF)

### **Classe e trabalho no feminino: um olhar sobre a história das mulheres trabalhadoras**

**Resumo:** Mulheres sempre trabalharam. Contudo, muitas vezes seus trabalhos dentro e fora de suas casas, foram historicamente sem visibilidade e socialmente desvalorizados. Este breve artigo busca trazer uma análise ampla sobre essa temática da história do trabalho e das mulheres, assim como fazer uma discussão sobre patriarcado, classe, trabalho produtivo e reprodutivo no Brasil e no mundo. Com isso, por meio de debates historiográficos, estatísticas, e demais registros sobre trabalho e mulheres busca-se refletir sobre a condição da classe trabalhadora e na precarização feminina, no passado, no desenvolver da época moderna e do modo de produção capitalista, e no presente, em tempos de crise, migração, mas também de aumento das resistências históricas contra o sexismo, racismo e o capitalismo. Por fim, observa-se também a necessidade da visão e da luta conjunta contra a exploração e opressões, que na atualidade não se desvinculam uma das outras.

**Palavras-chave:** 1. Mulheres; 2. Trabalho; 3. História

### **Class and work in the female: a look at history of working women**

**Abstract:** Women have always worked. However, often their jobs inside and outside their homes have historically been socially invisible and devalued. This brief paper aims to bring a broad analysis on this theme of labor and Women's History, as well as to make a discussion about patriarchy, class, productive and reproductive work in Brazil and in the world. Thus, by means of historiographical debates, statistics, and other records on labor and women, the target of the discussion is to reflect on the condition of the working class and the precariousness of women in the past in the development of the modern era and the capitalist mode of production, and in the present, in times of crisis, migration, but also of increase in the historical resistance against sexism, racism and capitalism. Finally, it is pointed out also the need for a vision and a joint struggle against exploitation and oppression, which today are not dissociated from each other.

**Keywords:** 1. Women; 2. Labor; 3. History

Uma escolhia feijão, outra colhia arroz. Algumas fiavam, outras faziam cestos, e ainda outras delas catavam conchas em rochas, puxavam redes do mar. Separadas por oceanos de distâncias, a vida e o trabalho das mulheres se desenhavam nos cotidianos de todos os continentes, de cada nascente a cada poente. Atravessavam desertos, cruzavam mares, erguiam cidades e semeavam campos, cozinhavam tanto para reis em festas como para lavradores cansados após seus dias de trabalho. Do Japão ao Equador, da Rússia ao Marrocos, da Inglaterra ao Iraque, o trabalho das mulheres constituía esses diferentes tempos e espaços da história.

Por vezes pouco documentadas, e menos ainda autoras de algum registro de suas vidas, as mulheres estão e sempre estiveram na História. Afirmar essa que pode soar óbvia – porém, destacar que metade da humanidade, de sexo feminino, é igualmente presente na história de todas as sociedades já existentes, foi uma necessidade enfatizada há não tantas décadas, e ignorada por muito na narrativa dominante de uma História oficial<sup>1</sup>. Todavia, como também já destacado por algumas historiadoras, é preciso não só perceber as especificidades em relação às condições sociais de sexo, a história *do que é ser mulher* através dos tempos, mas inserir as mulheres em uma narrativa histórica que as compreenda como indissociáveis de toda a história a um grau mais amplo, comumente atribuída a sujeitos masculinos. E aqui busca-se trazer similar raciocínio para se refletir sobre o trabalho: se o trabalho é próprio do

---

<sup>1</sup> “No teatro da memória, elas são uma leve sombra.” Sob essa ótica discorre Michelle Perrot (2005, p. 22), historiadora francesa de grande destaque para o campo da História das Mulheres, ao se referir a menor presença das mulheres em documentos históricos, e menor ainda presença de estudos acerca de suas memórias. A ausência de uma percepção das relações sociais de sexo na História – e consequentemente presunção que o *geral* é masculino, e a *exceção*, o particular é o feminino – de registros de greves ou estatísticas, contribui para essa invisibilidade, que se apresenta desafiadora ao pesquisador ou pesquisadora que se propõe a contrastá-la.

ser humano nos últimos milhares de anos – no sentido de transformação de produtos de matérias da natureza para um fim, com planejamento prévio –,<sup>2</sup> é possível dissociá-lo do próprio decorrer de homens e mulheres em diferentes locais ao longo do tempo?

### Histórias de trabalho, histórias de mulheres

Uma menina fora capturada no oeste africano nos últimos anos do século XVIII e trazida forçadamente a um local para ela distante e desconhecido, a Ilha de São Domingos. A menina, chamada de Rosalie quando já escravizada, trabalhou em diferentes lares até obter liberdade jurídica, alguns anos depois. Seus descendentes, já trabalhadores e trabalhadoras livres, trilharam caminhos, como ela mesma fez, entre diferentes continentes: da América Central à América do Norte e à Europa, em meio a diferentes acontecimentos e contextos históricos – ao longo de mais de um século, entre a Revolução Haitiana, a Guerra Civil Americana até a II Guerra Mundial, antes e após as abolições da escravidão africana no continente americano. As trajetórias de Rosalie e sua família, ainda que excepcionalmente bem documentada – e sobretudo, bem pesquisada e relatada pelos historiadores Rebecca Scott e Jean Hébrard (2015) – não foram necessariamente exceções, ainda que provavelmente a escassez de registros de trajetórias pessoais de pessoas escravizadas pouco possibilite afirmá-lo com exatidão.

O trânsito de pessoas, de inúmeros trabalhadores entre os oceanos, data de séculos, da América à Europa, da Ásia à África, da África à América. Este último, no qual participara Rosalie, é destacado quantitativamente, pois em mais de 10 milhões se estima o número de transportados compulsoriamente das costas africanas às americanas,<sup>3</sup> o que vem sendo alvo de maiores estudos nos últimos anos. A mobilidade de trabalhadores e trabalhadoras, de maneira

---

<sup>2</sup> Tal formulação sobre o trabalho, de Karl Marx (2011) em *O capital*, é para autor o que mesmo distingue os seres humanos, como sujeitos sociais, de outros animais, por realizarem conscientemente o que projetam até um determinado fim, a atuar com ferramentas de trabalho que eles mesmos constroem.

<sup>3</sup> É o que aponta a pesquisa da Base de Dados do Comércio Transatlântico de Escravos. Disponível em: <<http://slavevoyages.org/>>. Acesso em 29 ago. 2016.

forçada ou não, cresceu a partir do século XVI,<sup>4</sup> e a partir dela, como esboça o trabalho de Marcus Rediker e Peter Linebaugh (2008), articulações entre eles se formaram. Para o contexto do século XVIII, como discorrem os autores, estabelece-se uma *classe trabalhadora atlântica*, composta por assalariados envolvidos nos trabalhos dos navios das potências mercantis, além de escravos (LINEBAUGH; REDIKER, 2008, p. 249), os quais faziam circular pensamentos, experiências, que por sua vez geraram rebeliões, fizeram greves e contribuíram significativamente para espalhar em diversos espaços as ideias e ações de revolta. “A hidra”, “monstro de muitas cabeças” era como colonistas da burguesia europeia e estadunidense faziam analogia a esta classe que os atemorizava. Pois tão heterogênea, composta de homens e também de mulheres, de variadas origens, etnias e idiomas, experiências e ofícios, sendo livres ou escravizados; o contato entre esses diversos grupos constituía-se em perigo à ordem. Entre grupos de diferentes origens – africanos, hispânicos, irlandeses – que estiveram à frente de movimentos populares na Inglaterra da segunda metade do século XVIII, mulheres também aparecem nos registros, liderando e compondo revoltas, e como trabalhadores homens, eram parte das turbas e das vozes que se levantavam por direitos. Seriam então novidades do século XX as participações de mulheres em movimentos? São recentes as ocupações femininas do espaço público<sup>5</sup> – mesmo quando ele ainda seja hegemonizado por homens? Ou seria muito mais parte da própria construção da imagem de *mulher* como um ser delicado e dado ao ambiente doméstico

---

<sup>4</sup> É possível pensar sobre a mobilidade de homens e mulheres, também em significativa parte compulsoriamente, entre regiões e mesmo continentes antes do século XVI, ainda que em número reduzido se comparados aos séculos posteriores. Um exemplo disso é a escravidão, sobretudo de mulheres de regiões sulsaarianas para o Oriente Médio e Norte da África, apresentada pelo historiador estadunidense Paul Lovejoy (2002, p. 219).

<sup>5</sup> Ainda que este não por isso tenha deixado de ser hostil às mulheres, e que expressivamente durante o século XX aumentou-se a presença feminina nos espaços e movimentos em diferentes países. Como pontua David Harvey (2012), os espaços públicos nos países capitalistas, supostamente locais abertos a toda a população, não funcionam enquanto espaços verdadeiramente democráticos, e de discussão livre, sobre política e interesses comuns, como a seu ver deveriam. Nesse sentido, ainda que as mulheres tenham estado há séculos em resistência na ocupação desses locais, como a realidade as exigia, e que nas últimas décadas diversos fatores contribuíram para o aumento da presença feminina nas ruas, não é possível ter ilusões quanto a uma democracia e igualdade no uso dos trabalhadores e das trabalhadoras desses espaços.

refletida em determinado olhar que fez historicamente do espaço público um espaço feito unicamente por homens?

“Possivelmente, essas mulheres que viviam os ‘perigos da vida das multidões’ não eram consideradas como pertencentes ao ‘delicado sexo’”, é o que argumenta a historiadora Joana Maria Pedro (1998, p. 4), ao se referir à visão oitocentista sobre as trabalhadoras brasileiras que diariamente estavam na rua como lavadeiras, vendedoras, que entravam em negociações e disputas cotidianas. Levavam uma vida muito distinta de uma mulher burguesa – a quem a delicadeza, fragilidade e dependência era o modelo de feminilidade aplicado. Se estavam em portos, nas ruas, barricadas e nas fichas policiais, assim como homens, por desafiarem a ordem imposta da classe dominante, não eram mulheres? Ou o *povo* que se levantava, era composto unicamente pela população masculina?

Além de Rosalie, quantas outras meninas, mulheres, foram levadas à força do continente africano ao continente americano, como peças de trabalho? Mas que, mesmo com seus longos anonimatos na História, fizeram suas trajetórias para além de serem força de trabalho explorada, dentro das condições possíveis construíram famílias, tentaram a liberdade, teceram resistência. Esses milhões de mulheres, ao longo dos séculos, participavam diretamente na produção do que era plantado e que seria levado das colônias, do comércio nas cidades, e além do próprio serviço doméstico às famílias de seus senhores, não eram já mulheres trabalhadoras? A ideia, corrente em senso comum, de que no século XX as mulheres *passaram a trabalhar*, ou a *trabalhar fora de casa*, minimamente desconsidera as experiências dessas que escravizadas ou livres, em grande parte não-europeias, já trabalhavam fora dos lares tanto quanto ou até mais que muitos dos homens. E não eram elas mulheres? A questão levantada há quase 150 anos nos Estados Unidos pela afrodescendente

Sojourner Truth continua atual<sup>6</sup> – infelizmente –, uma vez que continua ser habitual se referir ao trabalho feminino, principalmente o produtivo, como um fenômeno do século XX.

No caso do Brasil, como constatado pelo Censo de 1872, 15% da população era escrava – e isso significava que mais de 700 mil mulheres, africanas ou afrodescendentes, trabalhavam enquanto escravizadas naquele mesmo ano.<sup>7</sup> E também não eram mulheres os 76% do total de trabalhadores de fábricas no Brasil de 1872? E as cortadoras de cana dos engenhos do açúcar que adoçariam o chá plantado por indianas das nobres francesas, as que colhiam algodões que iriam passar pelas mãos de operárias inglesas nas máquinas de fiar, inclusive documentadas sob as pinturas e lentes de homens europeus em visitas às Américas,<sup>8</sup> não eram também mulheres?

---

<sup>6</sup> “E eu não sou uma mulher” foi a pergunta utilizada por Sojourner Truth, estadunidense liberta em 1827, ao discursar numa convenção de mulheres no estado de Ohio em 1863. Há versões variadas das exatas palavras que proferiu, mas uma presente em “Mulher, raça e classe”, de Angela Davis (2013, p. 49), conta que Sojourner referiu-se diretamente a um homem que se mostrava contrário a direitos das mulheres por serem fisicamente inferiores e naturalmente dependente dos homens, ao que espontaneamente discursou: “Aquele homem ali diz que as mulheres precisam ser ajudadas a entrar em carruagens, e erguidas para passar sobre valas e ter os melhores lugares em todas as partes. Ninguém nunca me ajudou a entrar em carruagens, a passar por cima de poças de lama ou me deu qualquer bom lugar! E não sou mulher? Olhem pra mim! Olhem pro meu braço! Tenho arado e plantado, e juntado em celeiros, e nenhum homem poderia me liderar! E não sou uma mulher? Posso trabalhar tanto quanto e comer tanto quanto um homem - quando consigo o que comer - e aguentar o chicote também! E não sou uma mulher? Dei à luz treze filhos, e vi a grande maioria ser vendida para a escravidão, e quando eu chorei com minha dor de mãe, ninguém, a não ser Jesus me ouviu! E não sou uma mulher?”

<sup>7</sup> O dado é retirado da base de dados digital sobre o Censo de 1872 do Núcleo de Pesquisa em História Econômica e Demográfica, da UFMG. Disponível em: <<http://www.nphed.cedeplar.ufmg.br/pop72/index.html>>. Acesso em 29 ago. 2016.

<sup>8</sup> A obviedade de que as mulheres escravizadas no continente realizavam ao menos tanto trabalho quanto os homens é presente nas cenas retratadas desde o século XVII por pintores conhecidos como o holandês Albert Eckhout ou no XIX pelo francês Jean-Baptiste Debret, e depois em fotografias inúmeras que não escondem a realidade de trabalho de milhares de mulheres. Portanto, não era novidade aos contemporâneos da Revolução Industrial na Europa e do desenvolvimento do capitalismo ao mundo todo, o fato de que pessoas do sexo feminino eram importante parte do sistema produtivo – no entanto, como faz questão de ressaltar Sojourner Truth, seriam essas trabalhadoras vistas como mulheres? Os moldes de feminilidade da época não pareciam se encaixar em seus largos braços nem em suas maternidades interrompidas; contudo, se naquele tempo os filtros de gênero se relacionavam com a posição social e suas divisões de trabalho, hoje um historiador atento a esses indícios do passado não pode permanecer com a mesma “cegueira” frente às condições de sexo, classe e etnia ao longo da história.

Mesmo que em 1950 tenham passado a contabilizar 23% do total da força de trabalho industrial (RAGO, 1997, p. 582), o trabalho feminino nesse setor foi – e continua a ser – expressivo, e visivelmente em contraste com a ideia de que no Brasil predominou uma classe trabalhadora masculina e imigrante – pois por acaso após 1888 de milhares de escravizados e escravizadas que passaram à liberdade jurídica deixaram de ser trabalhadores?

Uma historiografia *cega*<sup>9</sup> à etnia/raça e ao sexo deixa despercebida essas diferenciações dentre os trabalhadores. A “brancura do trabalho” é presumida (ROEDIGER, 2008, p. 39), o que costuma desconsiderar, sobretudo em espaços que foram colônias, a longa existência de trabalhadores de origem africana ou indígena. A existência de um “ponto cego branco” (*Ibid.*, p. 51) gera reflexão sobre um similar “ponto cego masculino”, o qual associa o *mundo do trabalho* a um *mundo de homens* que ignora o trabalho de mulheres dentro e fora dos lares há milhares de anos, e faz da História do Trabalho uma história de sujeitos masculinos. Ambos inclusive se entrelaçam quando se atribui o trabalho feminino a um fenômeno recente e menos expressivo na história, atribui-se à História das Mulheres as brancas e de classe dominante. “Não se pode esquecer da dimensão sexuada da sociedade e da história”, é o que lembra Michelle Perrot (2006, p. 15) sobre a importância de se escrever a história das mulheres como parte da história das sociedades – que não são isentas das diferenças de sexo. Assim como não se pode deixar de lado as dimensões de raça, etnia e classe nas mesmas, como fatores imbricados entre si, que operam dentro a sociedade capitalista a gerar e ratificar marginalizações de determinados grupos.

Mas, por que o trabalho como meio de análise e compreensão das questões sobre as mulheres no passado e no presente? Heleieth Saffioti, socióloga brasileira a qual considera o trabalho “o momento privilegiado da práxis por sintetizar as relações dos homens com a natureza e com os homens entre si”, defende seu uso em função de que, na sociedade de classes, limitadora das potencialidades humanas, a aparência faz transparecer que essas limitações se devem à ausência de potencialidades de determinados grupos; o que não se

---

<sup>9</sup> Aqui se faz tradução livre dos adjetivos na língua inglesa de “*colour-blind*” e “*sex-blind*” sem equivalentes exatos no português, referentes a essa cegueira/indiferença sobre a existência de diferentes sexos e cores dentre a população; o que leva, como mostrado, geralmente a se assumir que o ser humano genérico é branco e masculino.



confirma. Ela afirma pois que o trabalho constitui a via por excelência através da qual proceder ao desvendamento da verdadeira posição que as categorias históricas ocupam na totalidade dialética da sociedade capitalista e das relações que elas mantêm entre si e com o todo social no qual se inserem. Mesmo que, aparentemente, determinado contingente populacional seja marginalizado das relações de produção em virtude de sua raça ou de seu sexo, há que se buscar nas primeiras (relações de produção) a explicação da seleção de caracteres raciais e de sexo para operarem como marcas sociais que permitem hierarquizar, segundo uma escala de valores, os membros de uma sociedade historicamente dada. (SAFFIOTI, 2013, p. 59-60).

Junto a essa justificativa, relembra-se que as mulheres das camadas ligadas diretamente à produção de bens e serviços – imensa maioria, diga-se – nunca esteve isenta do trabalho, em todas as épocas e lugares (*Ibid.*, p. 61). Neste sentido, não pode haver uma história das mulheres desvinculada do trabalho,<sup>10</sup> nem uma história do trabalho em que não se considere as mulheres. E quanto seria viável pensar a História sem o trabalho, sem as mulheres?

### Precarizadas: uma classe ou uma condição?

“A codificação do trabalho como branco e masculino não pode ser sustentada”, é o que coloca o historiador estadunidense David Roediger (2008, p. 36) sobre a mencionada questão de novas perspectivas sobre a História do Trabalho. É preciso passar a enxergar de fato as diferenças de sexo e etnia dentro da classe trabalhadora – decorrendo disso um olhar realista, e que não implique negar a existência ou importância da classe. Mais que realista, é um olhar necessário, frente a tendências, chamadas de *pessimistas* pelo autor, de afirmar que “a classe trabalhadora enquanto tal está desaparecendo” (*Ibid.*, p. 36). Ela estaria, na verdade, a desaparecer ou a se tornar mais visivelmente não-branca e feminina? Ou, dado como acima se argumentou, se na verdade ela

---

<sup>10</sup> Nesta afirmação, leva-se em conta a discussão das recentes décadas da área da História do Trabalho, em que se pensa como sujeitos não só os envolvidos diretamente em manifestações, greves e sindicatos, mas também os trabalhadores e trabalhadoras em seu cotidiano, não necessariamente envolvidos com as mobilizações por direitos e intenções revolucionárias. (NEGRO; GOMES, 2006, p. 222)

nunca preencheu completamente os estereótipos de uma classe trabalhadora fabril, masculina e europeia nos moldes oitocentistas, não seriam os fundamentos para imaginar a classe enquanto tal que estariam a desaparecer? Uma mudança das últimas décadas na divisão internacional do trabalho com aumento de indústrias, produção de bens e serviços fora da Europa, e consequentemente de trabalhadores não-europeus nesse ramo não faz soar eurocêntrica a tese de que a classe trabalhadora está em vias de desaparecimento?

Outro viés utilizado como argumentação é o de que a classe trabalhadora não é mais uma categoria central,<sup>11</sup> ou que seus membros já não são os que devem estar mais à frente por mudanças; que um novo setor emergido das crises recentes do capitalismo, o precariado, seria a nova principal força revolucionária. Tal precariado, uma nova classe social de despossuídos, mais marginalizados e precarizados que demais trabalhadores, em situação de desemprego ou de *empregabilidade vulnerável*, informal, que no mundo crescem, a se aproximar de 2 bilhões de pessoas, enquanto contabiliza-se os assalariados em 1,4 bilhão (PALMER, 2013, p. 42). Mas seria a precarização algo novo no capitalismo, ou alheio à classe trabalhadora? O que mostra o historiador canadense Bryan Palmer é que vê-la como algo recente é mesmo a-histórico; em Friedrich Engels, em 1845, já discorria acerca de parte da população permanentemente em condição de desemprego, a formar um exército industrial de reserva (ENGELS, 2010, p. 97-98). Essa quantia sempre desempregada, que atua no capitalismo como fator para rebaixamento dos salários e freio para maiores reivindicações dos trabalhadores, é inerente ao funcionamento desse sistema, assim como crises – como a que nos últimos anos, em escala global, tem contribuído para o aumento da população precarizada de diversas regiões, principalmente nas periferias do capitalismo. Mas a possibilidade de precarização é por sua vez própria da condição do proletariado, assim como os que são parte do chamado *precariado* são também

---

<sup>11</sup> No artigo de Bryan Palmer, o autor faz contraponto direto aos historiadores Mike Davis e Guy Standing, que fomentam a tese crescente de que os trabalhadores precarizados constituem uma maior, nova e emergente classe, e que possíveis levantes e revoluções estão atualmente mais ligados à tomada de consciência de classe do *precariado* do que do proletariado.

proletários atingidos pela condição de precariedade. Novas configurações da classe, assim como novas percepções sobre ela não necessariamente requerem uma ruptura política e conceitual, é o que argumenta Palmer (2013, p. 59), a fim de que se possa pensar mais efetivamente em uma unidade dos despossuídos – e das despossuídas.

Pois, e onde estão as mulheres nessa situação? Os setores informais de trabalho são de maioria feminina mundialmente, e se concentram ao Sul: África subsaariana, Sul da Ásia e países da América Latina se destacam.<sup>12</sup> É praticamente unânime a todos os países do mundo analisados, nos cinco continentes, a maior incidência da informalidade do trabalho sobre as mulheres em relação a homens. No Brasil, 22% da população trabalha no mercado informal, 45% da população feminina economicamente ativa está na informalidade, assim como 48% da população economicamente ativa negra,<sup>13</sup> segundo dados do IBGE de 2012.<sup>14</sup> A renda feminina é em média 71% da masculina, ainda que mulheres sejam as principais responsáveis pela renda em mais de um terço dos lares brasileiros.<sup>15</sup> E não são elas também membros da classe trabalhadora, mesmo que em grande parte não-assalariadas, sem carteiras de trabalho assinadas? Estariam essas milhões de mulheres em via de

---

<sup>12</sup> Tais dados resultam da pesquisa *Women and men in the informal economy: a statistical picture*, de 2013. Disponível em: <[http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/--stat/documents/publication/wcms\\_234413.pdf](http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/--stat/documents/publication/wcms_234413.pdf)>. Acesso em 01 set. 2016.

<sup>13</sup> Para o termo “negra” utilizado no texto referente às estatísticas, compreende-se a categorização feita pelo IBGE, a aglutinar os setores da população autodeclarados pretos e pardos.

<sup>14</sup> Dados da Síntese de Indicadores Sociais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaoodevida/indicadoresminimos/sinteseindicsoais2012/>>. Acesso em 01 set. 2016.

<sup>15</sup> As disparidades de renda entre trabalhadores do sexo masculino e do feminino são elevadas mesmo entre grupos de alta qualificação, com curso superior: segundo os dados de 2012 do IBGE, 83% e 74% das mulheres formadas em áreas de Educação e de Humanidades e Artes, respectivamente, recebem os menores rendimentos se comparados a outros grupos – R\$ 1.811,00 e R\$ 2.224,00 -; e, quando cursaram áreas de dominância masculina, como Negócios e Direito, recebem aproximadamente 66% deles. Esses dados gerariam muitas outras questões, mas a essa discussão contribuem para pensar a reflexão explícita da divisão sexual do trabalho mesmo a setores mais qualificados e remunerados da sociedade; como profissões ligadas à educação, associadas às crianças, aos cuidados, continuam a ser vistas como mais adequadas às mulheres, e, não por acaso, são constantemente mal remuneradas, como em outras áreas de maioria feminina.

desaparecimento – ou seus aparecimentos cada vez maiores pintam de outros tons a classe trabalhadora no mundo?

Nos inícios do capitalismo, uma série de fatores socioculturais e argumentos negativos associados ao sexo feminino já muito anteriores a seu surgimento, são aproveitados e reelaborados, a fim de perpetuar a opressão patriarcal como aliada da exploração de classe. As mulheres da burguesia, destinadas tradicionalmente ao lar, não se voltam ao sistema produtivo, mas já as mulheres de camadas inferiores ingressam massivamente no trabalho industrial, em que as desvantagens sociais de que gozavam os elementos do sexo feminino permitiam à sociedade capitalista em formação arrancar das mulheres o máximo de mais-valia absoluta, através, simultaneamente da intensificação do trabalho, da extensão da jornada de trabalho e de salários mais baixos que os masculinos, uma vez que, para o processo de acumulação rápida do capital, era insuficiente a mais-valia relativa obtida através do emprego da tecnologia de então. A máquina já havia, sem dúvida, elevado a produtividade do trabalho humano; não, entretanto, a ponto de saciar a sede de enriquecimento da classe burguesa (SAFFIOTI, 2013, p. 67).

Deste modo, percebe-se que a marginalidade de certos setores nas sociedades capitalistas não é uma originalidade das últimas décadas, e que as próprias opressões por sexo, sexualidade, etnia, raça e outros fatores, também não o são, mas são remodelados e aprimorados nesse sistema, com o fim de permitir maior extração de mais-valia absoluta sobre tais grupos. Não apenas são úteis como amortecimento de crises, por sua mão-de-obra ainda mais barateada no mercado, assim como são reorganizados de modo a consolidar divisões familiares, nacionais e internacionais de trabalho (FALQUET, 2008, p. 128). Ademais, no caso das mulheres, através do fenômeno em que estudiosas feministas denominam de *sexagem*, há a apropriação simultânea de seus corpos, de suas sexualidades e de suas forças de trabalho (*Ibid.*, p. 129). Sob esse ponto de vista, ao se falar da significativa força de trabalho feminina no capitalismo, esses fatores não podem ser vistos como meras especificidades, ou diferenças em relação a uma classe trabalhadora mais ampla – masculina, mas intrínseca à expressiva parte da classe trabalhadora composta por mulheres. E ainda, como colocado frente à discussão da precariedade, essa apropriação conjunta dos corpos das mulheres e de suas forças de trabalhos se relaciona à condição

histórica da desvalorização das trabalhadoras, a quem a precarização sempre foi uma realidade.

No caso americano, como visto, já há séculos mulheres trabalhavam e produziam tanto para um mercado interno e externo, essenciais ao processo de acumulação primitiva de capital, o qual, como caracterizado por Karl Marx (2011, p. 1010), vem banhado em violência, “escorrendo sangue e lama por todos os poros”; sangue tanto de camponesas expropriadas na Europa, de africanas sequestradas nas margens do Atlântico ou de indígenas no interior do Brasil. Os alvos da violência que faz nascer o capitalismo foram também femininos, e mais uma vez não é possível pensar em uma igualdade nesse processo para os trabalhadores e trabalhadoras: a condição social de sexo se atrelou ao modo como determinados grupos tiveram suas forças de trabalho apropriadas pelo novo modo de produção.

Para Silvia Federici (2017), filósofa italiana, em seu amplo estudo sobre essa temática, desde o período de acumulação primitiva do capital, ao fim da Idade Média na Europa e pouco a pouco em também todo o mundo, o capitalismo representou uma expressiva precarização da condição feminina no mundo do trabalho. As mulheres, além de serem responsáveis pelo trabalho reprodutivo, não pago, também são encarregadas da reprodução de força de trabalho, e nisso, o corpo feminino, transformado em máquina para produção de novos trabalhadores, e a marginalização das mulheres no trabalho assalariado. Pois, se o modo de produção capitalista deu liberdade ao homem para vender sua força de trabalho a um empregador, com isso rompeu-lhe os laços da servidão para atá-lo à dependência do salário (MARX, 2011, p. 508). Porém, como argumenta a autora, a acumulação primitiva modificou ainda mais intensamente a divisão sexual do trabalho, ao expulsá-las de suas atividades anteriores, como os homens, e não abarcá-las em novas: no século XVI, muitas foram proibidas em suas oficinas e guildas de artesãos em diversos locais da Europa, a função de parteira passou a ser estigmatizada e associada com a bruxaria, o pouco trabalho assalariado era sempre reduzido a elas. A fome e miséria aumentaram para as mulheres, ao mesmo tempo em que a mendicância e a prostituição – também em crescimento como decorrência desse processo de empobrecimento do povo – passaram a ser mais duramente reprimidas e criminalizadas (FEDERICI, 2017, p. 145). E estes não eram os mesmos tempos em que milhões de mulheres

compulsoriamente migravam entre oceanos e trabalhavam como escravas nos campos, nas cidades, nos lares, gerando crianças que seriam força de trabalho em potencial e cuidando de proles que nem suas eram?

Como aponta a socióloga francesa Jules Falquet (2008, p. 127), a própria precarização dos trabalhadores não seria possível sem a prévia precarização do trabalho das mulheres: elas asseguram a baixa remuneração para suas mãos-de-obra essenciais ao funcionamento do capitalismo e trabalham em meio à invisibilidade e por vezes gratuidade na reprodução social. Se como observado anteriormente, às mulheres em diversas sociedades foram atribuídas tarefas do *trabalho reprodutivo*, um incremento da exploração feminina mundialmente se dá a partir do século XVI em função de mulheres não-brancas, migradas pela força e violência, levadas de um continente ao outro para serem mercantilizadas enquanto escravas, que atuavam como amas-de-leite ou cozinheiras, por exemplo.

No contexto de globalização dos fins do século XX e século XXI, ainda que em contexto muito diferenciado daquele de escravização e dispersão de milhares de africanos e africanas pelo mundo, a força de trabalho de imigrantes, já muito significativa em países europeus, apresenta muitas faces femininas. A própria condição de migrante, que se faz necessária entender para buscar a compreensão do que é *ser mulher* num contexto mundial de globalização neoliberal, incitam-nas à clandestinidade e ilegalidade, o que as precariza e empurra a trabalhos menos remunerados e pouco protegidos por leis trabalhistas. E aliada à condição de mulheres, a elas é direcionado o *trabalho visto como feminino*, que envolva funções consideradas maternais e de cuidado, num ideário que se associa ao racismo ao pensar essas mulheres não-brancas como naturalmente mais próximas e adequadas a esse trabalho – quando não pensadas também como portadoras de uma sexualidade *exótica*, a associá-las à pornografia e prostituição. Portanto, sob essa ótica, a divisão internacional e a divisão sexual do trabalho operam de maneira conjunta, vetorizadas e assimétricas, a fundamentarem o modo de produção capitalista.

## Força de trabalho feminina, produção e reprodução

Flora Tristan, em 1843, afirmava que “a mulher é a proletária do proletário”. A escritora francesa levantava questões de como a exploração do trabalho afetava em especial as mulheres: “mesmo o homem mais oprimido pode oprimir um outro ser, a sua esposa” (TRISTAN, 1983, p. 77). Talvez por própria experiência e observação, elaborou em palavras o que estava evidente nas relações sociais de sexo no seu tempo de avanço do capitalismo: a mulher da classe trabalhadora, além de explorada em seus empregos – sem nem mencionar as diferenças salariais gritantes de acordo com sexo e idade –, como os homens trabalhadores, eram ainda exploradas em seus próprios lares, a trabalhar gratuitamente para seu esposo e família.<sup>16</sup> A trabalhadora, ao chegar a seu lar, de volta de sua atividade remunerada no exterior, continuava a trabalhar, para que o trabalhador em sua casa voltasse a trabalhar apenas no dia seguinte: ela garantiria a possibilidade de seu retorno ao local da profissão com roupas lavadas, alimentação já pronta, casa arrumada. Ao longo de desenvolvimento capitalista, dos tempos contemporâneos de Flora Tristan até a atualidade, essa realidade, de dupla ou tripla jornada, modificou-se de fato para as trabalhadoras, no Brasil e no mundo?

Já na segunda metade do século XX passa-se a denominar essas atividades como *trabalho reprodutivo*, a incluir a série de tarefas domésticas que envolvem a manutenção de condições possíveis para gerar trabalhadores – e futuros trabalhadores e trabalhadoras – como mão de obra para a produção de bens e serviços. O cozinhar, costurar, passar, cuidar de crianças, limpar, fazem parte desse trabalho, essencial para o funcionamento do capitalismo, o qual é feito em enorme parte por mulheres a suas famílias, de maneira gratuita, ou por trabalhadoras domésticas remuneradas. No Brasil, como atesta a Síntese de Indicadores Sociais do IBGE de 2009, 90% do total de mulheres a partir de 15 anos afirmam fazer afazeres domésticos, enquanto apenas 51% dos homens o fazem. Dentre eles, 48% ocupam até 10 horas semanais nessas atividades,

---

<sup>16</sup> Além disso, fatores de opressão não diretamente ligados ao trabalho também as rebaixavam nos âmbitos familiar e social; como possíveis vítimas de violência doméstica, como ocorrera com a autora antes de sua fuga do lar conjugal, por exemplo, ou com os constantes assédios nas ruas e locais de trabalho.

enquanto aproximadamente 76% das mulheres ocupam mais que essa quantia, aumentando consideravelmente suas horas de trabalho por semana – por vezes muito maior que as 40 assinadas em suas carteiras, quando assinadas.<sup>17</sup>

Se uma parcela de mulheres europeias passa a diminuir sua atenção aos trabalhos domésticos nas últimas décadas, nos projetos de estado de bem-estar social, isso não significa que nesse modelo capitalista de sociedade essas funções são mais socializadas entre a sociedade ou poder público: transferem-se às mulheres migrantes, não-brancas, em caráter de baixa remuneração (FALQUET, 2008, p. 127). Como discutido, a essas mulheres, em que o componente racial não se isola da sua condição social de sexo, é atribuída a naturalidade de sua predisposição para o cuidado e criação, ligadas a ideias de maternidade. Aliada às condições precarizadas de situação jurídica e econômica, muitas das imigrantes atuam como babás e diaristas, de maneira a transferir o trabalho reprodutivo das mulheres em melhor condição financeira, e em maioria, brancas. O que por vezes as condições atribuídas ao sexo unem – e que de fato, podem ser muitas –, a etnia e a classe separam – por até mais numerosos fatores.

Tais funções domésticas pagas, vistas socialmente como sujas, degradantes, e, em especial, nesse sentido associada a uma percepção racista, que duplamente inferioriza as mulheres trabalhadoras nas bases das hierarquias raciais e as mal remunera (ANDERSON, 2000, p. 2). No Brasil, com um longo passado escravista em que cabiam principalmente às mulheres negras o estigma associado a essas atividades e sua precariedade pertencem também ao presente, como mostram estatísticas: 61% das empregadas domésticas brasileiras são negras, e entre o total das que trabalham sem carteira assinada, são 62%.<sup>18</sup> Este setor, mais de 90% feminino, e que no Brasil ocupa 15% das mulheres da população

---

<sup>17</sup> O acesso para tais dados encontra-se na página virtual do IBGE. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaoodevida/indicadoresminimos/sinteseindicisociais2008/default.shtm>>. Acesso em 3 set. 2016.

<sup>18</sup> Retiradas da pesquisa Emprego Doméstico do Brasil, do DIEESE, publicada em agosto de 2013. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/estudosetorial/2013/estPesq68empregoDomestico.pdf>>. Acesso em 04 set. 2016.



economicamente ativa, em média possui apenas um terço de suas trabalhadoras com a carteira assinada.<sup>19</sup>

O desvalorizado trabalho reprodutivo das mulheres em suas unidades familiares é naturalizado como dever inerente à sua condição biológica, enquanto na realidade é construto social de longa data que as relaciona com uma suposta maior predisposição ao cuidado e reprodução da ordem familiar – e que, na sociedade de classes monogâmica e heteronormativa, está subalternizada em relação ao trabalho e ao poder do homem. A gratuidade do trabalho feminino é garantida e institucionalizada na atualidade, tanto que segundo os mesmos dados do IBGE de 2013, dentre os indivíduos classificados como “pessoas sem rendimento”, 32% são mulheres do campo, em grande parte trabalhadoras rurais não registradas; o que supõe também que o trabalho de plantar, colher e cuidar de animais em sua própria residência, assim como trabalhar no lar para que marido e filhos possam ter produtividade, não são vistos como realmente trabalho. Por não diretamente gerar produção para o mercado ou mais-valor, mas imprescindíveis para que outras atividades que gerem bens e serviços no capitalismo existam, ao todo esse labor reprodutivo feito diariamente de modo gratuito por milhões de mulheres é negado o status de trabalho.<sup>20</sup> Nesse aspecto, ao explicar o trabalho apropriado especialmente da mulher do campo, Gayle Rubin, antropóloga estadunidense, coloca que “a implicação disso é que o trabalho da mulher, incorporado à produção do casal, não merece salário ou, antes, já que a produção da mulher é trocada pelo marido como sendo sua, que o trabalho da mulher pertence ao marido”. Ou seja, na prática, o trabalho da mulher é visto somente enquanto parte da produção familiar total, na qual o homem é visto como o responsável. E isso

---

<sup>19</sup> E, a falar de história, e de história do trabalho, as trabalhadoras domésticas constituem uma parcela da população trabalhadora frequentemente deixada de lado pela historiografia brasileira – o que não deixa de ser sintomático da invisibilização dessas mulheres –, ainda que tenha sido umas das principais atividades femininas – há muito ainda ser pesquisado sobre o tema (SOUZA, 2015, p. 281).

<sup>20</sup> Tanto que popularmente não se torna raro ouvir de mulheres que trabalham exclusivamente em seus lares, para seus maridos e filhos que “não trabalham”, por vezes com um quê de vergonha ou seguidas de justificativa, quando perguntadas a respeito; mas que numa segunda ou terceira pergunta a respeito descrevem o que exaustivamente têm de fazer todos os dias – trabalho reprodutivo, não remunerado, mas essencial na exploração cotidiana do capitalismo.

implica na direta invisibilidade da força de trabalho feminina utilizada, sem ser remunerada,<sup>21</sup> para que a masculina, e a sua própria, quando trabalham também fora da casa, possam gerar valor.

O casamento monogâmico instituído com enorme peso no patriarcado e na sociedade de classes é um importante modo de assegurar a continuidade dessa produção e reprodução da força de trabalho; a naturalização, como distinção biológica entre o masculino e feminino é também útil e necessária para esse fim. Essa relação entre os dois sexos não se dá, portanto, em desigualdade por fatores exclusivamente socioculturais, mas se relacionam com a sociedade de classes e os modos de produção vividos, o que é apontado já no início da tradição marxista. Referindo-se à monogamia, Friedrich Engels, em 1884, coloca que “ela surge sobre a forma de escravização de um sexo sobre outro” – e daí podemos inferir o caráter anterior ao capitalismo da exploração das mulheres em meios domésticos, sob a glorificação do casamento, inclusive. O autor coloca ainda que “a primeira divisão de trabalho é a que se fez entre o homem e a mulher para a procriação dos filhos”, e que “o primeiro antagonismo de classes que apareceu na história coincide com o desenvolvimento do antagonismo entre o homem e a mulher na monogamia; e a primeira opressão de classes, com a opressão do sexo feminino pelo masculino” (ENGELS, 1979, p. 70-71). A estreita relação que há entre classe, patriarcado, e monogamia, assinalada por Engels, foi um século depois mais aprofundada por estudiosas feministas, como a francesa Cristine Deplhy (2015), quem destacou o quanto a imposição da monogamia heteronormativa, na qual se baseia o patriarcado, e também toda a sociedade de classes, constitui-se na dominação de homens sobre mulheres pela apropriação de trabalho por parte deles sobre elas.

A também francesa Jules Falquet (2008, p. 133), por exemplo, mostra como a construção social das personalidades femininas e masculinas ruma à

---

21 Por isso, vale acrescentar, há no Brasil e no mundo, movimentos por direitos de mulheres donas de casa, para que tenham salários e licença-maternidade, por exemplo. “International Wages for Housework Campaign” foi um deles, iniciado na Itália, do qual a mencionada feminista Silvia Federici fez parte; em solo brasileiro há essa demanda por parte do Movimento das Mulheres Trabalhadoras Urbanas e pelo Movimento de Mulheres Camponesas, que pauta o fim dessa desigualdade trabalhista e social que enfrentam as mulheres do campo – ainda em luta por vezes para terem um documento de identidade próprio, como pude acompanhar na militância dessas mulheres no estado de Santa Catarina.

heterossexualidade, e que esta, para além de condições referentes ao sexo em si, liga-se à divisão sexual do trabalho. A não-aceitação das relações de poder heteronormativas, e não só num carácter sexual, por parte das mulheres – da qual o patriarcado e o capitalismo ocupam-se de estigmatizar com o chamar ofensivamente de *lésbica* –<sup>22</sup> se tornaria ameaça aos postos de trabalhos privilegiados relegados aos homens. Assim como ameaça ao casamento heterossexual atrelado à reprodução e maternidade, responsáveis pela transmissão de herança, dotes – meios rápidos e comuns de acesso à riqueza, como assinala Gayle Rubin (1998) – e, evidentemente, de geração constante de força de trabalho, por vezes a servir como o mencionado exército industrial de reserva. Todas essas relações, advindas da apropriação coletiva das mulheres, seu sexo, corpo e capacidade de trabalho, precedem o capitalismo mas se transformam a cada momento histórico, e neste último em especial é indissociável, em função da separação dos locais de trabalho produtivo e reprodutivo (Arruzza, 2015, p. 46). Separação a qual afirmou ainda mais o que é o *trabalho considerado feminino* e o local ideal a este sexo – ideal, que por sua vez, que não foi, e nem é, a realidade geral das mulheres da classe trabalhadora, no passado e no presente.

### Caminhos distintos?

Como visto, o trabalho produtivo não é possível de ser realizado sem previamente o trabalho reprodutivo ter existido, sendo esse o responsável por gerar a mais importante mercadoria no capitalismo: a força de trabalho (Cisne, 2013, p. 85). No Irã, na Austrália ou no México, pouco importa a esse sistema se os afazeres do trabalho doméstico foram realizados no curtíssimo período da noite entre o fim e o início de outra jornada de trabalho numa fábrica ou numa plantação, desde que no dia seguinte as mãos de quem alimentou um

---

<sup>22</sup> Este seria um outro ponto muito rico para se discorrer, ainda que demandaria para muito além da discussão proposta neste trabalho: de que maneira não só o patriarcado, mas também o capitalismo, atuam juntos na exclusão e opressão de setores LGBTs, por vezes associadas unicamente a um preconceito cultural.

trabalhador e sua prole volte a produzir. E a mais uma vez cuidar de suas crianças, futuras geradoras de riquezas – não para si mesmas, sem dúvida.

Após essas observações, nas quais as relações de classe, sexo e etnia se mostram em consubstancialidade, indagar sobre um caminho que supere a contínua e duradoura opressão do sexo feminino não é possível também sem questionar a continuidade da opressão por raça/etnia e da sociedade de classes. Por exemplo, como compreender, no Brasil do século XIX e também no Brasil do século XXI, as posições mais precarizadas relegadas às mulheres negras, a quem restam os setores de maior desqualificação e menor remuneração? Como compreender a existência da opressão às mulheres em diversos contextos sócio-históricos por milênios? E como compreender por que a libertação de algumas mulheres não é o suficiente para liberar a todas? Uma análise sobre a história isenta do olhar sobre essas disparidades acaba por igualmente se fazer ausente de seus reconhecimentos, e, portanto, do reconhecimento da necessidade de as erradicar. As questões feitas sobre o passado têm muito a dizer sobre o presente e os rumos a serem tomados, e sobre estes muito já foi discutido.

Para Engels (1979, p. 182), enquanto a mulher permanecesse ausente do trabalho produtivo e confinada apenas ao doméstico – reprodutivo –, não seria viável sua emancipação, o que se daria “quando ela pode participar em grande escala, em escala social, da produção, e quando o trabalho doméstico lhe toma apenas um tempo insignificante. Esta condição só pode ser alcançada com a grandeza da indústria moderna”. O desenvolvimento da indústria moderna, como verificada – ainda que limitada hoje dentro do capitalismo –, aumentou a participação de mulheres no setor, porém não por isso seu trabalho doméstico se evaporou ou sua discriminação acabou – pelo contrário, transformou-se em dupla ou tripla jornada; e pela argumentação do autor não se presume retirar a responsabilidade do trabalho doméstico sobre a mulher, para socializá-lo entre todos e todas da sociedade. Ademais, a opressão sobre o sexo feminino não se baseia unicamente em causas econômicas, pois supor que se passar a uma sociedade sem classes extingiria quase que imediatamente o patriarcado e o racismo é, minimamente, novamente cair no equívoco de uma classe sem cor nem sexo – ou seja, ter um grande ponto cego branco e masculino ao enxergá-la.

Por outro lado, acreditar que o fim do patriarcado deve-se à luta de mulheres contra homens, pois estes últimos, enquanto classe, ficam com a apropriação do trabalho das mulheres, seria coerente, dado que as mulheres de classe dominante também usufruem da riqueza obtida na exploração de homens e mulheres trabalhadoras? Seria possível haver rupturas radicais em estruturas sem questionar a divisão entre os que detêm os meios de produção sobre os que possuem apenas sua força de trabalho para venda? E sem também questionar o local inferiorizado que a mulher – e o negro, a negra, a lésbica, o migrante vem a ocupar nessa relação?

Essas questões, cujos esboços de respostas tomariam muito mais que uma dezena de páginas, suscitam mais uma vez o pensar: a classe trabalhadora se findou? Classe e trabalho não mais são meios adequados para compreender a história? Alguns mesmo chegam a dizer que a história chegou ao fim, assim como a luta entre classes, mas chegou ao fim a luta diária das centenas de milhões entre ruas, fábricas e lares? Chegou já ao fim uma sociedade em que o trabalho é central nas relações sociais? Frente a uma análise materialista da história, enquanto a resposta for negativa, há ainda necessidade objetiva de se pensar uma teoria e prática de superação conjunta do patriarcado e do capitalismo. Olhar à história das mulheres trabalhadoras no mundo, que também é a história do trabalho e da classe trabalhadora, é um caminho para pensar transformações que já se fazem urgentes no caminho rumo à emancipação das mulheres no qual o destino final à emancipação humana não pode deixar de trilhar.

## Referências bibliográficas

ANDERSON, Benedict. *Doing the dirty work?: the global politics of domestic labour*. Londres: Zed, 2000.

ARRUZZA, Cinzia. Considerações sobre gênero: reabrindo o debate sobre patriarcado e/ou capitalismo. *Outubro*, n. 23, São Paulo, jan. 2015.

\_\_\_\_\_. *Feminismo e marxismo: entre casamentos e divórcios*. Lisboa: Combate, 2010.

- CHALHOUB, Sidney; SILVA, Fernando. Sujeitos no imaginário acadêmico: escravos e trabalhadores na historiografia brasileira desde os anos 1980. *Cadernos AEL*, v. 14, n. 26, 2009.
- CISNE, Mirla. *Feminismo e consciência de classe no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2013.
- CHIBBER, Vivek. *Postcolonial theory and the specter of capital*. Londres, Verso, 2013.
- DAVIS, Angela. *Mulher, raça e classe*. Plataforma Gueto, 2013. Disponível em: <<https://we.riseup.net/assets/165852/mulheres-rac3a7a-e-classe.pdf>>. Acesso em 29 ago. 2016.
- DELPHY, Christine. O inimigo principal: a economia política do patriarcado. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 17, maio-agosto 2015, pp.99-119.
- ENGELS, Friedrich. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo, 2008.
- \_\_\_\_\_. *A origem da família, da propriedade privada e do estado*. 5 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- FALQUET, Jules. Repensar as relações sociais de sexo, classe e ‘raça’ na globalização neoliberal. *Mediações*, v. 13, n.1-2, jan.-jun. e jul.-dez. 2008.
- FEDERICI, Silvia. *Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. São Paulo: Elefante, 2017.
- HARVEY, David. Entrevista concedida à Carta Maior. Disponível em: <<https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Internacional/David-Harvey-propoe-retomada-de-espacos-publicos-nas-cidades/6/25175>>. Acesso em 10 jun. 2017.
- LINDEN, Marcel van der. *Trabalhadores do mundo: ensaios para uma História Global do Trabalho*, Campinas, Edunicamp, 2013.
- LINEBAUGH, Peter; REDIKER, Marcus. *A hidra de muitas cabeças: marinheiros, escravos, plebeus e a história oculta do Atlântico revolucionário*, São Paulo, Cia das Letras, 2008.
- LOVEJOY, Paul. *A escravidão na África: uma história e suas transformações*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas*. São Paulo: Boitempo, 2007.
- MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. São Paulo: Boitempo, 2011. v. 1.

- NEGRO, Antonio L.; Gomes, Flavio. Além de senzalas e fábricas: uma história social do trabalho. *Tempo Social*, São Paulo, v. 18, n. 1, p. 217-240, jun. 2006.
- PALMER, Brian. Reconsiderations of class: Precariousness as proletarianization. *Socialist Register*, 2014, n. 50, Toronto, 2013.
- PEDRO, Joana M. *Mulheres honestas, mulheres faladas*: uma questão de classe. Florianópolis: UFSC, 1998.
- PERROT, Michelle. *As mulheres ou os silêncios da história*. Bauru: EDUSC, 2005.
- REIS, João J.; GOMES, Flávio; CARVALHO, Marcus J. *O alufá Rufino*: tráfico, escravidão e liberdade no Atlântico negro (1822-1853). São Paulo, Cia. das Letras, 2010.
- ROEDIGER, David. E se o trabalho não fosse branco e masculino? Recentrando a história da classe trabalhadora e estabelecendo novas bases para o debate sobre sindicatos e raça. In: FORTES, Alexandre; LIMA, HENRIQUE; Petersen, S.; XAVIER, Regina. *Cruzando fronteiras*: novos olhares sobre História do Trabalho. São Paulo: Perseu Abramo, 2013.
- RUBIN, Gayle. A economia política do sexo. *Thinking sex*: notes for a radical theory of the politics of sexuality. In: Nardi, Peter; Schneider, Beth (orgs.). *Social perspectives in lesbian and gay studies*. Londres: Routledge, 1998.
- SALVARO, Giovana Ilka; LAGO, Mara Coelho de S.; WOLFF, Cristina S. “Mulheres agricultoras” e “mulheres camponesas”: lutas de gênero, identidades políticas e subjetividades. *Psicologia e Sociedade*, n. 25, p. 79-89, 2013.
- SAFFIOTI, Heleieth. *A mulher na sociedade de classes*: Mito e realidade. São Paulo: Expressão Popular, 2013.
- SCOTT, Rebecca; HÉBRARD, Jean. *Provas de liberdade*: uma odisséia atlântica na era da emancipação. Campinas: Unicamp, 2014.
- SILVER, Beverly. *Forças de trabalho*: movimentos de trabalhadores e globalização desde 1870. São Paulo, Boitempo, 2005.
- SOUZA, Flavia Fernandes de. Trabalho doméstico: considerações sobre um tema recente de estudos na História do Social do Trabalho no Brasil. *Mundos do Trabalho*, Florianópolis, v. 7, n. 13, 2015.